

Salvem a Democracia – Entrevista com Ives Gandra da Silva Martins

24/07/2014 - 20:35

0



Fábio Pereira Ribeiro

Hoje a política brasileira vive de desinformações e potenciais manipulações disfarçadas de eventos românticos e democráticos.

Nos últimos quatro anos, assistimos um arrefecimento político, econômico e social do Brasil, e nas duas esferas, nacional e internacional. O crescimento do país, principalmente com o advento do Real foi notório e concreto. Os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, ajudaram a constituir um novo posicionamento estratégico do Brasil no exterior, e ao mesmo tempo, encontrar um novo rumo de crescimento para o país. Mas o que aconteceu então? Por que a ideologia está sobressaindo a possibilidade de um Projeto de País? Por que Projetos de Poder, ou de Partido, sobressaem os princípios básicos da democracia brasileira? E o pior, o povo, e seus representantes escolhidos democraticamente, assistem de forma passiva, quase letárgica os abusos contra os princípios constitucionais.

A imagem do Brasil é contaminada por um processo ideológico que não representa a própria razão do povo brasileiro. O Estado abusa dos princípios constitucionais, e pensa como um “chefão” da Nação, o que na verdade o mesmo deveria ser um servidor para a Nação. Nossas esperanças se perdem, e a lógica transborda o irracional.

Veja um simples exemplo, o caso do aparelhamento ideológico das Relações Externas do Brasil, em especial no Itamaraty. É notório, e mais do que aberto, que o Itamaraty vem perdendo força, e até mesmo respeito nas diversas rodas internacionais. Sua representação e força é afetada diretamente pela lógica ideológica bolivariana, e principalmente com um discurso anti-americano, ou de alinhamentos nada confortáveis com os interesses reais do Brasil para com o

mundo. Por exemplo, a posição do Brasil em relação ao conflito Israel / Palestina, demonstrou a fraqueza estrutural do Itamaraty, principalmente em pender sua opinião para um lado do conflito, no caso o Hamas e a Palestina.

Constitucionalmente, o Brasil abomina qualquer tipo de agressão, conflito, terrorismo, entre outros fatores que possam desencadear guerras. E no caso do Oriente Médio em si, a posição do Brasil deveria ser equilibrada com foco no cessar fogo e retomar o dialogo diplomático, no fim, pela própria razão ideológica, o Brasil se inseriu no conflito, e corre o risco de se posicionar como parte integrante e de conflito, bem diferente do seu histórico diplomático, inclusive com Israel. De cara, um o Brasil levou um tapa com luva de pelica, Israel taxou o Brasil como um “anão diplomático”. Por mais desrespeitosa que possa parecer na postura de Israel em relação ao Brasil, o mesmo é um exemplo de que o Brasil precisa rever suas atitudes em relação aos eventos diplomáticos.

A ingerência política tem destruído os interesses reais do coletivo, da maioria, da representação efetiva do povo. O Estado precisa se reconstruir democraticamente. Precisa entender que existe uma lógica constitucional, por mais imperfeita que ela possa parecer, mas existe.

Um caso que precisa ser debatido e cobrado pela Nação, está na instalação do Decreto Presidencial 8.243/14, que cria os “conselhos sociais”. Uma ingerência da presidência em relação a própria representatividade democrática do povo brasileiro. Com o argumento de “ouvir mais a sociedade”, o romantismo por trás do artifício demonstra mais uma visão irracional na condução política da sociedade brasileira através de uma postura “bolivariana” aos moldes de Caracas. Um retrocesso total da democracia brasileira. Sabemos muito bem, que os movimentos sociais, alvo principal do “conselho”, são manipulados através dos interesses políticos e partidários, e é óbvio que o cidadão comum não tem efetivamente segurança jurídica e social de atendimento por parte do Estado.

A instalação do Decreto 8.243/14 fere todos os princípios constitucionais, e da regra da maioria. Me lembrei do jurista e professor da Harvard University, John Rawls, em sua obra “Uma teoria da justiça”. Rawls é bem claro para este processo, **“quando adotam o princípio da maioria, as partes aceitam tolerar leis injustas apenas em certas condições. Grosso modo, a longo prazo o ônus da injustiça deve ser distribuído de modo mais ou menos uniforme entre os diversos grupos da sociedade, e as tribulações das políticas injustas não devem pesar demais em nenhum caso específico. Por conseguinte, o dever de obedecer é problemático**

para minorias permanentes que sofreram injustiças por muitos anos. E, decerto, não temos de aceitar a negação das nossas liberdades fundamentais, bem como as de outros, uma vez que essa exigência não poderia estar implícita no significado do dever de justiça na posição original, nem é compatível com o entendimento dos direitos da maioria na convenção constituinte. Pelo contrario, só submetemos a nossa conduta à autoridade democrática até o ponto necessário para compartilhar equitativamente as inevitáveis imperfeições de um sistema constitucional. [...] O dever de civilidade impõe o dever de aceitar falhas das instituições e certa moderação ao beneficiar-se delas.
A postura do governo federal com o Decreto fere a maior conquista do Brasil nos últimos 50 anos, a sua democracia efetiva. A presidente foi escolhida pelo povo, e não necessariamente pela maioria absoluta, assim, por quê alterar o procedimento instalado e positivado pela maioria?

No dia 22 de julho, o jurista Ives Gandra da Silva Martins, publicou o artigo “Vocação Bolivariana” no jornal O Estado de São Paulo. Neste artigo, Ives Gandra é bem objetivo em relação ao nosso atual direcionamento, principalmente pelas práticas inconstitucionais deste “fetiche bolivariano”.

Ives Gandra aponta, ***“A edição do Decreto n.º 8.243/14 pela presidente Dilma Rousseff, instituindo conselhos junto aos diversos ministérios, com funções nitidamente de imposição às políticas governamentais, está na linha do aparelhamento do Estado, que pretende criar uma nova classe dirigente no estilo denunciado por Milovan Djilas em A Nova Classe, quando o fantasma soviético preocupava o mundo ocidental. Esse decreto objetiva tornar o Poder Executivo o verdadeiro e único poder, reduzindo o Congresso Nacional a um organismo acólito. Tive a oportunidade de ler as Constituições da Venezuela, da Bolívia e do Equador, a pedido da Fundação Alexandre de Gusmão, quando era presidida pelo embaixador Jerônimo Moscardo, que veiculou o texto de todas as Constituições das Américas, com estudos de constitucionalistas de diversos países. Impressionou-me a imensa diferença entre os três textos e o da Constituição brasileira, que, no artigo 2.º, assegura a independência dos Poderes. É de lembrar que o Poder Executivo, politicamente, não representa o povo por inteiro, mas apenas a sua maioria. E nos casos em que o chefe do Executivo foi eleito em segundo turno, nem a maioria. Por outro lado, o Poder Judiciário é apenas um***

poder técnico, sendo a Suprema Corte escolhida por uma pessoa só, o presidente da República.

A totalidade da representação popular está no Parlamento, constituído que é por representantes do povo, tanto os favoráveis ao governo como os contrários a seus detentores. Pode não ser o ideal, contudo representa a vontade de toda a sociedade”.

A sociedade brasileira corre o sério risco de perder sua representatividade legal, o congresso corre o risco de esvaziamento, e seu poder ficará totalmente desguarnecido.

O Blog EXAME Brasil no Mundo conversou com o jurista Ives Gandra da Silva Martins. Sua visão sobre o Decreto 8.243/14 é um alento protetor contra os abusos do Estado, e até mesmo das loucuras bolivarianas.



Dr. Ives Gandra da Silva Martins – Fonte: Arquivo Pessoal

Brasil no Mundo: Por si só o Decreto 8.243/14, demonstra uma vontade irracional da Presidência da República em mudar tudo sem consultar a representação democrática eleita no Brasil. Até que ponto, esse processo não pode ser considerado “criminoso”?

Ives Gandra da Silva Martins: Creio que não. Não há uma vontade irracional, mas claramente um plano de viabilizar o Fórum de São Paulo, na eventualidade de vir a perder as eleições, hipótese antes impossível, mas hoje viável.

Importante o destaque de dois artigos: “Por um Congresso inexpressivo” – <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1467665-ives-gandra-da-silva-martins-por-um-congresso-inexpressivo.shtml>

“Vocação Bolivariana” –

<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,vocacao-bolivariana-imp-.1532220>

Brasil no Mundo: Com o andar da “carruagem”, até que ponto o Brasil vive em uma democracia de fato, e até mesmo de direito?

Ives Gandra da Silva Martins: A presidente Dilma gostaria de uma democracia à Cuba ou Venezuela. Basta ver o apoio aos dois ditadores (Raul Castro e Maduro). Castro em vez de recepcionar delegações estrangeiras em sua embaixada, recepcionou na Granja do Torto. Por enquanto, vivemos ainda uma democracia de direito e real, que, todavia, corre riscos com os Conselhos a serem criados.

Brasil no Mundo: Por que o governo brasileiro insiste em modelos ultrapassados? Será que a própria história universal não é suficiente?

Ives Gandra da Silva Martins: Os ideólogos são como os alquimistas. Fazem sempre a mesma experiência na esperança de que, um dia, dará certo. Por outro lado, querem o poder para si, pois entendem que pensam melhor que os outros, o que é bom para o povo, independente do povo. Por isto, quase sempre o regime de esquerda termina em ditadura. A presidente Dilma é uma ideóloga que acredita que a sua experiência dará certo.



Brasil no Mundo: Com a instalação do Decreto 8.243/14, o que o indivíduo brasileiro, o cidadão comum não associado a movimentos sociais perde com tudo isso?

Ives Gandra da Silva Martins: Perde o direito de votar livremente no Congresso que, no equilíbrio de poderes, fará contraponto ao Executivo. Aprovados os Conselhos, o Congresso será inexpressivo e transformar-se-á numa Casa de Tertúlias Acadêmicas.

Brasil no Mundo: Com toda a sua experiência e história como jurista, por quê é tão difícil discutir democracia de fato no Brasil? Por quê os brasileiros confundem Democracia com “Abusos e Descaso Público”?

Ives Gandra da Silva Martins: Nos meus livros “Uma breve teoria do poder”, “A queda dos mitos econômicos”, “O Estado de Direito e o Direito do Estado”, “O Poder” e “A nova classe ociosa” mostro como ainda estamos aprendendo o exercício da cidadania. E os nossos políticos, ainda com perfil inferior ao desejado, são frutos desse aprendizado. Por isto escrever sobre ética em política é deixar o livro em branco. Estamos, todavia, aprendendo e esta aprendizagem só é possível em “democracia plena” e não a tutelada por Conselhos manipulados pelo Executivo.

Brasil no Mundo: Como o senhor avalia o cenário 2015?

Ives Gandra da Silva Martins: Se reeleita a Presidente Dilma, em 4 anos, tentará fazer, pelas sinalizações e preferências demonstradas até o presente, do Brasil uma Cuba ou uma Venezuela, esperando ser mais brilhante que Raul Castro ou Maduro para ter melhores resultados que eles. O fracasso, entretanto, de sua política econômica nestes quatro anos, poderá leva-la a ter piores resultados.